

Meta é controlar os cargos estratégicos

A relatoria do Orçamento Geral da União e a presidência do Senado e do Congresso estão, sem dúvida, entre os cargos mais cobiçados do Poder Legislativo. Por isso mesmo, a tradição tem sido a de destiná-los ao partido cuja bancada é, numericamente, a mais expressiva, ainda que não haja nenhuma determinação nesse sentido. Com o argumento de que esses são cargos fundamentais a serem conquistados, o senador Ney Maranhão (PRN-PE), vem tentando sensibilizar o Palácio do Planalto para recompor sua base para ter maior alegria. No Senado, porque a Câmara é consequência.

Para atingir essa maioria, o bloco governista precisa ultrapassar o PMDB, a maior agremiação partidária com seus 27 senadores. Pressupõe, Ney Maranhão, que a reestruturação da base deverá passar pelo PFL, com 17, PRN, com 5, PDS, com 4, PTB, com 8 e PDC, com 4 senadores. Uma margem folgada de 38 senadores para quem já se daria por satisfeito se o bloco conseguir reunir 30 congressistas. Assim, além de conquistar relatorias importantes

para matérias de interesse do governo, o bloco faria o próximo relator da Comissão Mista do Orçamento e deixaria para trás o PMDB na sucessão do presidente Mauro Benevides (PMDB-CE).

Há um acordo entre Câmara e Senado no que diz respeito a essa Comissão: quando um detém a presidência, o outro fica com a relatoria, observando-se, em ambos os casos, o critério da maioria partidária. No ano passado, o Senado ficou com a presidência e para lá foi indicado o senador Ronaldo Aragão (RO), do majoritário PMDB. A Câmara coube a relatoria mas nessa Casa é o bloco governista que possui maioria. João Alves (PFL-BA) foi indicado e depois substituído pelo líder Ricardo Fiúza que se autonomeou para o mais importante cargo da Comissão.

Pelo rodízio informal, a relatoria este ano ficará com o Senado e, a permanecer o atual quadro partidário, vai direto para as mãos do PMDB, ou seja, a oposição determinando a destinação das verbas orçamentárias de 1993. Ney Maranhão quer evitar não apenas isto como a manutenção

da presidência do Senado e do Congresso com o PMDB. Quer colocar o bloco governista em condições de pleitear a Presidência, em fevereiro do próximo ano.

Para o senador Ney Maranhão, o governo não pode pensar nunca em ter maioria na Câmara. "O ideal seria ter, também, maioria na Câmara e o presidente e o governo desejam essa maioria, mas na linha ótica, isto nunca vai ocorrer. Nem se der todos os Ministérios para deputados". O caminho, no seu entender, é formar a maioria no Senado "para baixar o fogo da oposição na Câmara". Há tempos, ele insiste nesta tese: quando a oposição na Câmara sentir que no Senado o governo tem uma maioria capaz de "trancar" matérias que não lhe interessa passar, a negociação começará. "Hoje a oposição não negocia porque sabe que não tem ninguém no Senado para segurar os projetos que vêm da Câmara", diz. O senador está confiante que as mudanças de impacto do Presidente da República farão com que o quadro adverso se reverta até o início dos trabalhos legislativos.